

**Comunicado Final da 72.<sup>a</sup> Sessão Ordinária privada da Comissão Africana dos  
Direitos Humanos e dos Povos  
Sessão Virtual  
19 de Julho - 2 de Agosto de 2022**

1. A Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (a Comissão) realizou virtualmente a sua 72.<sup>a</sup> Sessão Ordinária privada (a Sessão) de 19 de Julho a 2 de Agosto de 2022.
2. A sessão foi presidida pelo Ilustre Comissário Rémy Ngoy Lumbu, Presidente da Comissão, assistido pela Ilustre Comissária Maya Sahli-Fadel, Vice-presidente.
3. Os Membros da Comissão a seguir referidos participaram na Sessão:
  - i. Ilustre Comissário Rémy Ngoy Lumbu, Presidente;
  - ii. Ilustre Comissária Maya Sahli-Fadel Vice-Presidente;
  - iii. Ilustre Comissário Solomon Ayele Dersso;
  - iv. Ilustre Comissário Hatem Essaïem;
  - v. Ilustre Comissária Maria Teresa Manuela;
  - vi. Ilustre Comissário Mudford Zachariah Mwandenga;
  - vii. Ilustre Comissária Marie Louise Abomo;
  - viii. Ilustre Comissária Janet Ramatoulie Sallah-Njie;
  - ix. Ilustre Comissária Ourveena Geereesha Topsy-Sonoo; e
  - x. Ilustre Comissário Idrissa Sow.
4. A Comissão discutiu e adoptou a sua agenda, com alterações.
5. A Comissão realizou sessões de orientação para os novos Comissários que tomaram posse em Novembro de 2021.
6. A Comissão discutiu e comentou as propostas do Grupo de Trabalho sobre questões específicas, incluindo a melhoria dos seus métodos de trabalho.
7. Nas suas deliberações, a Comissão examinou e adoptou os seguintes documentos:
  - i. O relatório do Presidente sobre as reuniões dos órgãos deliberativos da União Africana, nomeadamente a 44.<sup>a</sup> Sessão Ordinária do Comité de Representantes Permanentes, a 41.<sup>a</sup> Sessão Ordinária do Conselho Executivo e a 4.<sup>a</sup> Reunião Bianual de Coordenação entre os Estados-membros, a União Africana e as Comunidades Económicas Regionais,

realizada respectivamente de 20 de Junho a 8 de Julho de 2022, de 14 a 15 de Julho de 2022 e a 17 de Julho de 2022;

- ii. As Directrizes relativas aos relatórios paralelos à Comissão;
  - iii. O Comentário Geral da Comissão sobre as obrigações dos Estados de regular os actores privados envolvidos na prestação de serviços sociais ao abrigo da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (a Carta); e
  - iv. As Regras para o Estabelecimento e Funcionamento do Mecanismo de Alerta e Declaração à Comissão em Situações de Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (Regras de Abidjan);
8. A Comissão também analisou e adoptou as observações finais dos seguintes relatórios periódicos:
- i. O relatório cumulativo do 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º e 9.º relatórios periódicos da República do Chade sobre a implementação da Carta, que abrange o período de 1998 a 2015;
  - ii. O 7.º relatório periódico da República da Namíbia sobre a implementação da Carta e o 2.º relatório sobre o Protocolo à Carta Africana dos Direitos das Mulheres em África (Protocolo de Maputo), que abrange o período de 2015 a 2019;
  - iii. O 6.º a 10.º Relatório Periódico combinado da República do Benim ao abrigo da Carta que abrange o período de 2009 a 2018.
9. Também examinou e comentou os seguintes relatórios.
- i. O relatório do Secretariado sobre medidas de acompanhamento das 69.ª, 70.ª e 71.ª Sessões Ordinárias;
  - ii. O Relatório do Grupo de Trabalho sobre Comunicações;
  - iii. O Relatório Narrativo de Auditoria das Comunicações;
  - iv. O Relatório do Secretário sobre a Admissão Administrativa de Queixas;
  - v. O Relatório sobre os preparativos para a celebração do 35.º aniversário da Comissão; e
  - vi. O relatório sobre as 15.ª e 16.ª Sessões Extraordinárias da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da União Africana realizadas de 27 a 28 de Maio de 2022 em Malabo, Guiné Equatorial, respectivamente sobre questões humanitárias e o anúncio das contribuições e sobre Terrorismo e Mudanças Inconstitucionais de Governo em África.

10. Durante a sessão, a Comissão examinou **treze (13)** comunicações, incluindo:
  - i. **Cinco (05)** sobre os méritos;
  - ii. **Sete (07)** sobre a admissibilidade, dos quais **cinco (05)** foram declarados admissíveis e **dois (02)** inadmissíveis; e
  - iii. **Uma (1)** Comunicação sobre admissão.
  
11. A Comissão realizou uma reunião à porta fechada durante a qual foram discutidas questões relativas à Comissão de Inquérito sobre a Região de Tigray na República Federal Democrática da Etiópia.
  
12. A Comissão discutiu questões relacionadas com a próxima sessão de partilha de experiências entre o Conselho de Paz e Segurança e a Plataforma Africana de Governança (AGA), a ter lugar em Agosto de 2022.
  
13. A Comissão analisou e adoptou **cinco (05)** Resoluções, nomeadamente:
  - i. Resolução sobre a protecção das mulheres contra a violência digital em África;
  - ii. Resolução sobre a renovação do mandato do Grupo de Trabalho sobre os Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas portadoras de Deficiência em África e sobre a nomeação do seu Presidente e dos seus Membros;
  - iii. Resolução sobre a Adopção das Regras para o Estabelecimento e Funcionamento do Mecanismo de Alerta e Declaração à Comissão em Situações de Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (Regras de Abidjan);
  - iv. Resolução sobre a Renovação do Mandato da Comissão de Inquérito sobre a Situação dos direitos humanos na Região do Tigray da República Federal Democrática da Etiópia; e
  - v. Resolução sobre a extensão do mandato e composição de seis mecanismos especiais da Comissão.
  
14. Estas Resoluções serão publicadas no website da Comissão na página [www.achpr.org](http://www.achpr.org).
  
15. A Comissão decidiu realizar a sua 73.<sup>a</sup> sessão ordinária de 20 de Outubro a 9 de Novembro de 2022.

**Feito a 2 de Agosto de 2022**

